

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1487870 - MG
(2019/0107139-1)**

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
AGRAVANTE : CLODOALDO SOARES
ADVOGADO : JOSE GABRIEL NETO - MG093431N
AGRAVADO : MUNICÍPIO DELTA
ADVOGADO : GUSTAVO BERNARDES PACHECO - MG100257N
AGRAVADO : GILBERTO AMADO DE OLIVEIRA
ADVOGADO : ADRIANO GOMES PIRES E OUTRO(S) - MG075503
AGRAVADO : EDILBERTO MARTINS DA SILVEIRA
ADVOGADO : EDILBERTO MARTINS DA SILVEIRA (EM CAUSA PRÓPRIA) - MG057021N
AGRAVADO : JOAQUIM LEOCADIO DA SILVA
ADVOGADO : JOSE GERALDO ALVES JUNIOR E OUTRO(S) - MG143196N
AGRAVADO : JORGE MANOEL DA SILVA
ADVOGADO : AFLATON CASTANHEIRA MALUF E OUTRO(S) - MG080837N
AGRAVADO : LUCIANA FRAGOSO MAIA BORGES
ADVOGADO : CLAUDIOVIR DELFINO E OUTRO(S) - MG014736N

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL. FUNDAMENTOS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. MULTA. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. INAPLICABILIDADE. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

I - Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte na sessão realizada em 09.03.2016, o regime recursal será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. *In casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

II – Não se conhece do Agravo em Recurso Especial que não tenha atacado especificamente os fundamentos da decisão que inadmitiu, na origem, o recurso especial.

III – Não apresentação de argumentos suficientes para desconstituir a decisão recorrida.

IV – Inaplicabilidade da multa por litigância de má-fé (arts. 17, VII, e 18, § 2º, do Código de Processo Civil de 1973 e 80, IV e VII, e 81 do estatuto processual civil de 2015, porquanto ausente demonstração de que a parte recorrente agiu com culpa grave ou dolo. Precedente do Supremo Tribunal Federal.

V – Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

VI – Agravo Interno improvido.

ACÓRDÃO

Superior Tribunal de Justiça

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina e Gurgel de Faria votaram com a Sra. Ministra Relatora. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 07 de outubro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministra Regina Helena Costa
Relatora

